



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcos José Lins Moura Santos, Presidente da Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS foi instaurada com a missão de investigar um dos maiores escândalos recentes envolvendo recursos da previdência social: as fraudes em aposentadorias, pensões e descontos indevidos aplicados sobre os benefícios de milhões de brasileiros. Em meio a esse cenário, torna-se imprescindível a convocação do Sr. Marcos Jose Lins Moura Santos, atual presidente da Associação dos Aposentados Pensionistas dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social (UNIVERSO).

A entidade UNIVERSO mantém, desde abril de 2022, Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, que autoriza descontos associativos diretamente nos benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas, no percentual de 2,2% do valor mensal de cada benefício.

De acordo com dados da auditoria do INSS, até maio de 2024, a UNIVERSO contava com 323.827 associados com descontos ativos, arrecadando



entre agosto de 2022 e novembro de 2024 a vultosa quantia de R\$ 204.943.242,31 (duzentos e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), conforme o Portal da Transparência.

Entretanto, esse expressivo volume financeiro está cercado por denúncias de irregularidades graves, que não podem ser ignoradas:

- A UNIVERSO acumula 4.026 reclamações ativas no site Reclame Aqui, a maioria por descontos não autorizados em benefícios previdenciários, atingindo principalmente idosos e aposentados;
- Consumidores relatam desconhecer qualquer vínculo com a associação, jamais tendo consentido ou recebido serviços;
- Exemplos de reclamações revelam descontos mensais em benefícios sem autorização, inclusive de idosos em situação de vulnerabilidade, como no caso de uma pensionista que teve mais de R\$ 1.100,00 descontados ao longo de meses sem sequer conhecer a entidade;
- A UNIVERSO ocupa a 4ª posição entre os maiores litigantes do Brasil, conforme Justiça em Números do CNJ, com 13.589 ações judiciais nas quais figura como ré;
- Diversas decisões judiciais já reconheceram a inexistência de relação jurídica entre aposentados e a associação, determinando a devolução dos valores cobrados;
- A auditoria do INSS constatou que, apesar da exigência de fiscalizações semestrais do ACT (total de 32 até maio de 2024), apenas uma fiscalização ordinária foi realizada, em dezembro de 2023;
- Conclusões da Controladoria-Geral da União (CGU), divulgadas pelo Jornal *Metrópoles*, apontaram que 100% dos aposentados entrevistados afirmaram nunca terem se filiado às associações



investigadas — dentre as quais figura a UNIVERSO como uma das principais envolvidas.

A conduta da UNIVERSO, ao promover descontos arbitrários e sem autorização, atinge diretamente os direitos de aposentados e pensionistas, viola a legislação previdenciária e compromete a credibilidade do próprio sistema de seguridade social.

Trata-se de um verdadeiro esquema de exploração financeira de pessoas idosas e vulneráveis, o que exige desta CPMI ação firme e imediata.

Assim, a convocação do Presidente da UNIVERSO é imprescindível para o esclarecimento dos fatos, apuração de responsabilidades e proposição de medidas legislativas e administrativas que impeçam a continuidade dessas práticas abusivas.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2025.

Deputado Zé Trovão
(PL - SC)

